



Câmara Municipal de Pirai
Estado do Rio de Janeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI

Protocolo Nº 0164/2025

05 FEV 2025

Assinatura: 8/8

PROJETO DE LEI Nº016/2025

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 0164

Fls 02

“Proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Pirai:

Art. 1º - É direito de toda Criança e Adolescente se desenvolver com dignidade, livre da influência do uso de drogas e do crime organizado, com condições adequadas para seu pleno desenvolvimento físico, emocional e educacional, com proteção de qualquer forma de exploração, violência ou abuso, e com pleno acesso à oportunidades que favoreçam seu crescimento saudável e seu bem-estar integral.

Art. 2º - Toda Criança e Adolescente deve ter acesso à cultura, das mais variadas formas, sempre pela luz do princípio do melhor interesse do menor, de modo que não seja ofertada pelo poder público municipal produções que incentivem condutas criminosas como o uso de drogas e apologia ao crime organizado.

Art. 3º - É dever do município e da sociedade em geral garantir com absoluta prioridade os direitos fundamentais da Criança e do Adolescente, protegendo-os da influência do uso de drogas e do crime organizado.

Art. 4º - O município deve adotar medidas eficazes para a prevenção da violência e da exploração de Crianças e Adolescentes, além de fomentar iniciativas que afastem o menor de idade de atividades como o uso de drogas e apologia ao crime organizado, que o deixe vulnerável à criminalidade.

Art. 5º - Fica proibida à Administração Pública Municipal, direta ou indireta, a contratar shows, artistas e eventos abertos ao público infanto juvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas.



Parágrafo único - Os pais são responsáveis solidários aos organizadores dos shows, eventos artísticos ou outros eventos de qualquer natureza, quanto à presença de menores de idade em apresentações que se enquadram no caput, devendo eles observarem a classificação indicativa, caso essa não seja aberta ao público infanto juvenil.

Art. 6º - Nas contratações de shows, artistas ou eventos de qualquer natureza feitas pela Administração Pública Municipal, que possam ser acessadas pelo público infanto juvenil, dever-se-á ter uma cláusula de não expressão de apologia ao crime organizado e ao uso de drogas, em que o contratado deverá se comprometer a não quebrá-la.

§ 1º - Em caso de descumprimento da não expressão de apologia ao crime ou ao uso de drogas, o contratado sofrerá a imediata rescisão do contrato, sanções contratuais e multa no valor de 100% do valor do contrato, que será destinada ao Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Pirai.

§ 2º - O descumprimento da cláusula de não expressão de apologia ao crime e ao uso de drogas, conforme estabelecido no caput, poderá ser denunciado por qualquer pessoa, entidade ou órgão da Administração Pública para a Prefeitura de Pirai, por meio da Ouvidoria do Município.

§ 3º - Para a aplicação do auto de infração e imposição de multa, a prefeitura poderá firmar convênios com órgãos competentes para a elaboração de autos de infração e a aplicação de multas, visando garantir o cumprimento das normas municipais. Esses convênios permitem a delegação de responsabilidades e a atuação integrada entre a administração pública e outras entidades, com o objetivo de fiscalizar, autuar e penalizar infrações de maneira mais eficiente e abrangente, assegurando o respeito às leis e a manutenção da ordem pública.

Art. 7º - É vedado ao Município de Pirai apoiar, patrocinar ou divulgar show, artista ou evento de qualquer natureza que envolva expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas.

Parágrafo único: A denúncia de violação da vedação descrita no caput poderá ser feita por qualquer pessoa, entidade ou órgão da Administração Pública para a Prefeitura de Pirai, por meio da Ouvidoria do Município, e o contratado, apoiado, divulgado ou patrocinado fica sujeito à mesma sanção do § 1º do art. 6º desta lei, no que couber.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, revogadas as disposições em contrário.



Art. 9º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo garantir a dignidade, a segurança e o acesso à educação das crianças e adolescentes do município de Pirai - RJ, uma vez que a exposição precoce a conteúdos inadequados que incentivam e promovem a violência, o uso de drogas e ao crime organizado impactam significativamente na vida social e no desenvolvimento intelectual dos jovens.

Segundo estudos da Sociedade Brasileira de Psicologia, conteúdos audiovisuais impróprios são um dos fatores que retardam o avanço na aprendizagem escolar inferindo diretamente em comportamentos violentos e na desestruturação do ambiente familiar.

O presente Projeto será um importante instrumento para a promoção da justiça social e também da segurança e educação de toda a comunidade.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste importante projeto em benefício de toda a população de Pirai - RJ.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2025.


JOSE PAULO CARVALHO DE OLIVEIRA
- Vereador -